

mwangolé

Jornal Trimestral de Actualidade Angolana

EDIÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPRENSA DA EMBAIXADA DE ANGOLA EM PORTUGAL

Economia

Investimentos em Angola



Pag. 10

Desporto



Pag. 14

Primeira-dama recebe prémio na Jordânia

Sociedade

Novas esperanças para a Cova da Moura



Pag. 4

Cultura - Rui de Carvalho homenageado em Lisboa

Pag. 12

Em mensagem de fim de ano

Dos Santos marca ELEIÇÕES LEGISLATIVAS para Setembro de 2008

O Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, anunciou para cinco e seis de Setembro de 2008 a realização das eleições legislativas, pedindo que aconteçam em "clima de paz, harmonia e fraternidade"

Em mensagem de fim de ano, o Presidente José Eduardo dos Santos destacou a importância de afastar do período eleitoral "a violência verbal ou física", pedindo "respeito pela opinião e pelas ideias alheias". "A vontade do povo angolano deve exprimir-se com verdade e sem limitações nos dias 5 e 6 de Setembro de 2008, nas eleições legislativas que serão oportunamente convocadas", disse José Eduardo dos Santos. Para que as eleições decorram no clima apontado pelo Presidente angolano, este diz que "é fundamental que seja completamente garantida a segurança dos cidadãos e a protecção dos seus bens, pois a ordem pública é uma condição indispensável", apelando à Polícia Nacional que seja o "garante da ordem". José Eduardo dos Santos, no seu discurso lembrou ainda o "bom momento" que o país atravessa, destacando que Angola é um dos países cuja economia mais cresce. Sendo este, por isso, "um momento de grande esperança e de grande confiança" para o povo angolano. Mas lembrou igualmente que "as dificuldades que o país ainda vive são imensas", embora "os resultados alcançados neste curto período de paz - cinco anos - mostram que Angola pode garantir uma vida digna a todos os cidadãos no futuro". "A nossa economia precisa de crescer durante muitos anos, mais do que cresce a nossa população. Assim criaremos mais riqueza para distribuir, e poderemos combater a pobreza de modo mais eficaz e garantir melhores condições sociais dos cidadãos". José Eduardo dos Santos afirmou que "o governo está a fazer a sua parte", mantendo a "inflação

sob controlo", e a gestão das finanças públicas "está melhor articulada com a gestão da moeda e das reservas internacionais detidas pelo país". O Presidente da República garantiu ainda que os recursos mobilizados para a área social nestes últimos três anos "privilegiaram a reintegração social e produtiva dos desmobilizados e das pessoas deslocadas durante a guerra". Disse ainda que esses recursos "priorizaram o melhoramento da prestação dos serviços sociais básicos, a promoção da harmonia social e a redução significativa da fome e da miséria". "Acredito por essa razão que estamos no bom caminho mas ainda é imenso o que está por fazer, sobretudo nas periferias das cidades e nas zonas rurais", disse, adiantando que o governo "deverá prestar mais atenção às famílias que vivem nestas áreas". "O povo angolano tem sabido assumir com maturidade e espírito solidário as suas responsabilidades históricas", disse. José Eduardo dos Santos saudou a "atitude patriótica" dos angolanos e o seu "senso crítico" sobre a realidade de Angola, que "permite apontar os erros dos governantes" para que estes "colham os caminhos mais certos". Garantiu ainda que o governo vai continuar a trabalhar para, "entre outros", assegurar "o direito de propriedade, o respeito aos contratos, os direitos dos consumidores, a defesa da concorrência e a regulação dos serviços públicos e operadores privados". A continuação da política de crédito adequada e a aposta na qualificação da mão-de-obra nacional, foram ainda temas abordados pelo chefe de Estado na sua mensagem de ano novo. ■





Angola e Guiné-Bissau

rubricam acordos de cooperação

Relançadas relações construtivas



Angola e Guiné-Bissau estabelecem como meta, investimentos privados e parcerias público-privadas, uma posição expressa em Bissau, onde são sintetizadas as acções que resultaram da visita oficial e de trabalho de três dias do primeiro-ministro angolano, Fernando da Piedade Dias dos Santos. A visita teve por objectivo o reforço das relações de amizade e de cooperação entre os dois países, ocasião também aproveitada para uma troca de informações sobre a situação



interna de cada um, da região e do mundo, em geral. Neste sentido, o primeiro-ministro angolano felicitou o chefe do governo guineense, Martinho Dafa Cabi, pela estabilidade política alcançada no seu país e pela adopção de programas de saneamento das finanças e outro de emergência para o combate ao narcotráfico, com vista à erradicação deste flagelo na Guiné-Bissau. Por seu lado, Martinho Cabi, felicitou as autoridades angolanas pelos êxitos alcançados na consolidação da paz, democracia e reconciliação nacional e pelos sucessos no domínio da reconstrução nacional e da estabilização económica do país, bem como pela realização com sucesso do Registo Eleitoral. ■

Incluindo o combate ao narcotráfico

Angola e Guiné-Bissau assinaram, recentemente, vários instrumentos jurídicos, tais como dois protocolos de cooperação e quatro acordos que vão, certamente, dar uma nova dinâmica às relações entre os dois países. Trata-se dos protocolos de cooperação económica e das pescas e agricultura, bem como dos acordos de cooperação nos domínios da construção civil e obras públicas, da promoção e protecção recíproca de investimentos, da cultura e do comércio. Pela parte angolana rubricaram os documentos os ministros das Obras Públicas, Higino Carneiro, e das Pescas, Salomão Xirimimbimbi. Pela Guiné-Bissau os documentos foram assinados pela ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades, Maria da Conceição Nobre Cabral, e

outros titulares de pastas governamentais.

A assinatura formal dos referidos documentos, que decorreu no "Palace Hotel", arredores de Bissau, foi presenciada pelos primeiros-ministros de Angola e da Guiné-Bissau. O acto foi antecedido pela primeira sessão da Comissão Bilateral angolano-guineense, cujas conversações foram dirigidas pelo ministro angolano das Obras Públicas e pela ministra guineense dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades.

No final da visita do primeiro-ministro angolano a Bissau, foi distribuído um comunicado final, no qual Angola se regozijou pela estabilidade política alcançada na Guiné-Bissau. A parte angolana felicitou, por outro lado, o seu homólogo guineense pela adopção do Programa Mínimo de Sa-



neamento das Finanças Públicas, com vista ao restabelecimento do diálogo com as instituições financeiras internacionais e do Programa de Emergência de Combate ao Narcotráfico, como instrumento para a erradicação deste flagelo naquele país. Os

dois primeiros-ministros reafirmaram o seu apoio à decisão da União Africana (UA), tendente a garantir a participação incondicional e inclusiva de todos os países africanos na Cimeira África/União Europeia, realizada em Dezembro passada, em Lisboa. ■

Ao fim de 30 anos de expectativa: Novas perspectivas para a Cova da Moura

Jorge Ramos com SM

Das promessas e ameaças de demolição os moradores deste bairro vencem agora um compromisso com um programa que inclui até um plano marketing. Pretende-se modificar a imagem da Cova da Moura, mostrar aos media o que há de positivo. Muitos angolanos aí residentes estão nessa luta. Lieve Meersschaert, que dirige o Moinho da Juventude, assegura: "Unimo-nos ainda mais para ir ao encontro desta resolução de 2005 do Conselho de Ministros. Se houver parceria com as instituições do bairro muitos valores deverão prevalecer"

Rua Principal

A origem da Cova da Moura

Lisboa, meados dos anos 70: o declínio final do império português e os ventos da Europa trazem para a cidade centenas de famílias vindas de África, a maioria em condições precárias, todos à procura de um lugar para viver.

A notícia de uma colina às portas de Lisboa, a Cova da Moura, com espaço e liberdade para construir casas, foi chegando aos ouvidos de alguns.

Aí levantaram do chão, esforçadamente, o seu pequeno mundo. Pelas suas próprias mãos, construíram as suas casas, descontinuadamente, à medida que o tempo e o dinheiro lhes davam a folga necessária. Os mais ricos, diz-se, tiveram a tarefa facilitada pelas especulações da D. Branca, a banqueira do povo. Os outros contaram os tijolos, as telhas, os pregos e os sacos de cimento.

Mas o bairro construiu-se, ganhou forma, não como uma colina da saudade, mas antes como um dos corações da Grande Lisboa. Portugueses, angolanos, santomenses, guinenses e sobretudo, caboverdianos, fizeram do local a sua Terra Prometida, onde não corre leite e mel, mas onde construíram um tecto e têm a esperança que o céu os proteja.

Nas suas ruas escarpadas nasceram casas com elementos arquitectónicos que vão do Minho a Angola. Lá se forjou e ganhou forma o espírito de entreajuda e a maneira de viver que hoje o caracteriza. Comunidade diferente e com um forte sentido de pertença, entre o rural e o urbano, com variedade de festas (Kola S.Jon, Tabanka, Independência de Cabo Verde), a Cova é, porém, vincadamente alfacinha, nas cores, nos contrastes, nos azulejos, na diferença de escala, adocada por um calor humano marcadamente africano.

Com o passar dos anos, o perfil original e o cadinho de culturas que o compõem passou a exercer uma irresistível atracção cultural. Aos fins de semana, angolanos da Grande Lisboa e até do Algarve deslocam-se lá para comer uma cachupa ou uma moamba e sentir a cultura das suas gentes.

O som das mornas e da kizomba invade as ruas; pratica-se capoeira e dança-se funaná... não admira que portugueses e turistas curiosos da cultura africana venham à Cova como quem vai a Meca! Há visitas guiadas às suas ruas.

O país inteiro por aí passa, de presidentes da República a intelectuais, de investigadores sociais a estagiários das mais diversas profissões, todos atentos ao laboratório social, ao viveiro de experiências, em que o bairro se tornou. Ultimamente até voos charters desembarcam em Lisboa com gente que vai à Cova da Moura em busca de um dos lugares mais exóticos da Europa.

Bairro crítico e pólo turístico ao mesmo tempo? A contradição seria evidente se não falássemos do Harlém português, da Alfama contemporânea ou, tão simplesmente, da Cova da Moura.

Rua do Moinho

Segregação e abandono

Por detrás das luzes da fama, escondem-se as angústias das suas gentes. De génese ilegal, espontânea e em permanente auto-construção, nunca ninguém aí teve a vida facilitada.

No princípio, no tempo das barracas, estas eram sistematicamente demolidas pela Câmara - quando a Amadora era freguesia e território do concelho de Oeiras - e as pessoas ficavam na rua, com os colchões às costas. Depois, pararam as demolições, mas as infra-estruturas tardaram a chegar, a água, os esgotos, o telefone, os arruamentos, a escola, o asfalto.

Apesar dos melhoramentos, as carências saltam à vista: o desordenamento urbano é evidente.

A densidade de construção é enorme, a zona pouco aberta à envolveria exterior, o traçado de algumas ruas irregular, alguns quarteirões autênticos labirintos. Não há espaços verdes, desportivos ou recreativos, a recolha do lixo é deficiente.

Para piorar tudo, os terrenos da Cova são ainda propriedade privada e valem milhões. A gula dos especuladores teve ecos na Câmara da Amadora e, durante anos, a opção fundamental foi a destruição. Depois as coisas mudaram, definitivamente, com o projecto de recuperação do bairro, de iniciativa do Governo de Sócrates.

A população, maioritariamente trabalhadores da construção civil e agentes de serviços domésticos tem escassa formação escolar, baixos rendimentos e não possui a nacionalidade portuguesa. Apesar de cada vez mais, entre as gerações mais jovens, aparecerem arquitectos, sociólogos, médicos, animadores culturais, advogados e outros profissionais feitos e saídos da Cova da Moura, antes, as



Lieve M. ganhou o prémio da revista Activa e o Moinho da Juventude ganhou em 2005 o prémio Direitos Humanos da Assembleia da República portuguesa.

ocupações absorventes e precárias dos pais ajudaram a que, muitas vezes, as crianças fossem mal acompanhadas, quase esquecidas pelas famílias, o que facilitou a alguns o deslize para a violência e marginalidade.

Todo este *melting-pot* ajudou a que a história das suas ruas (com nomes pacíficos ou geográficos como rua da Paz, rua dos Anjos, rua de S. Nicolau, rua de S. Tomé) tenha tido, ao longo dos últimos anos, episódios bem agitados, "é um dos bairros em que tem havido maior violência policial", afirma José Falcão, dirigente do SOS Racismo.

À volta do seu nome geraram-se incompreensões e amontoaram-se os preconceitos que a má imprensa muito ajudou a exagerar e avolumar. E que os seus habitantes vivem como um autêntico estigma.

Rua do Girassol

União pela defesa do bairro

Desde os primórdios, o bairro soube encontrar no seu seio elementos com um forte sentido de pertença, captadores da vontade colectiva, que criaram associações e foram um grande pólo de dinamismo.

Com uma Comissão de Moradores eleita pela primeira vez em 1978, que soube ser um interlocutor válido dos poderes municipais, outras associações se foram formando. Logo em 1980 surgiu a Associação de Solidariedade Social do bairro do Alto da Cova da Moura, inicialmente um clube desportivo e de lazer, que hoje se dedica à acção social e à formação (apoio escolar, desporto, música, teatro, fotografia, informática).

Há vinte anos surgiu o Moinho da Juventude, nas instalações da Associação de Moradores. Hoje todo o país conhece esta agremiação, com uma acção centrada na criação de creches e jardins de infância, e mais recentemente

também nos jovens sem perspectivas de emprego. Mães solteiras, rapazes que por algum percalço tenham ido parar à cadeia podem contar com ajuda para a reintegração ou integração social. Com paixão, partindo das suas bibliotecas, o Moinho desencadeia um gigantesco trabalho que envolve inúmeras áreas.

A principal dinamizadora desta Associação, Lieve Meersschaert ganhou em 2007 o prémio dos Direitos Humanos da Assembleia da República portuguesa.

A angolana Rosa Rodrigues, enfermeira e presidente da Assembleia Geral do Moinho, está envolvida em projectos pela integração profissional dos jovens e formação das crianças: "depois de cá estar percebemos que não podemos desistir e que é uma empreitada nobre pela qual vale a pena lutar" - afirma.

A paróquia da Buraca, a que pertence este bairro, sempre teve uma forte presença local, com acções centradas na assistência (apoio domiciliário), e tem desde 1988 o Centro Paroquial de S. Gerardo, com creche e pré-escolar, tendo desistido do seu ATL porque a Segurança Social cortou o subsídio para este efeito.

São a Comissão de Moradores, a paróquia, e as duas associações acima citadas, os agentes principais da luta pela qualificação do bairro, uma luta teimosa que dura há 30 anos, com muitos episódios e recontros, e abundâncias de promessas que tardam a ser cumpridas.

Rua da Paz

Governo de Sócrates renova a esperança

As quatro entidades indicadas formam a comissão de bairro, que elege dois delegados que são a voz do povo no processo. Como parceiros locais, são os directos interlocutores dos poderes públicos no processo de qualificação (e não re-qualificação, acentuam, para vincar que até hoje nada ou quase nada foi feito para melhorar o bairro).

Desde o anúncio da Iniciativa bairros críticos, o stress aumentou: a alegria é grande, mas é-o igualmente o nervosismo. Apesar de muitas reuniões e os consensos avançarem, a desconfiança permanece e fala alto.

Preocupa-os, sobretudo, o adiar sucessivo de reuniões, a não-resolução de pequenos problemas em nome da qualificação que vai haver. "Da parte do Governo há

muito mais abertura que da parte da Câmara" diz Lieve, a carismática dirigente do Moinho, "a câmara escuda-se atrás da requalificação para nada fazer", queixa-se Ilídio Carmo, da Ass. Cultural do Alto da Cova da Moura. O antigo projecto de demolição quase integral da colina, da autoria da câmara, não os tranquiliza. "A opção da Câmara era arrasar o bairro, já não é porque o Governo se meteu no assunto", diz Eduardo Pontes, dirigente do Moinho da Juventude. "É preciso encontrar uma resposta que venha mesmo de dentro, da população", insiste Sofia Barbosa, do centro social e paroquial. "O bairro transformou-se", acrescenta, "as estruturas da família estão a mudar, basta ver o número de idosos a quem prestamos assistência na Cova. Há muita coisa que não está esclarecida ainda" diz esta técnica, que sonha poder vir a instalar o centro social e paroquial da igreja da Buraca, na Cova da Moura "para abrir o bairro ao exterior".

Os primeiros passos que estão a ser dados, e têm o aval dos parceiros, sobretudo o levantamento do LNEC, nem por isso deixaram de causar imensas apreensões. "Agora vêm exigir-nos coisas que nem nos bairros modernos existem", afirma Emilio Teixeira, o angolano, novo rosto da Comissão de Moradores. "Não querem banheiras com escada, botijas de gás dentro de casa, os canos de esgoto e gás têm de ter determinadas dimensões. Quem nos dera que nos tivessem orientado nesse sentido quando construímos as nossas casas", suspira.

O último Natal foi vivido em ruas quase sem iluminação, pois a Câmara não substituiu as lâmpadas que alguém tinha partido, para facilitar certos tráficos. Sinal dos dias difíceis que aí vêm? Os próximos meses vão ser decisivos. Reuniões, guerras de nervos, medos. Espera-os um enorme desgaste psicológico.

Mas em breve o passado, agora presente, será como um país estrangeiro, a cultivar no Espaço-Memória, uma das iniciativas da requalificação, onde o antigamente de hoje será lembrado com ternura.

Por agora as esperanças de 30 anos permanecem vivas, e os habitantes da Cova da Moura trabalham, divertem-se, sobrevivem, calam ou não as suas angústias, recebem visitantes e técnicos. Iguais a si mesmos.

E a luta continua. ■

Entrevista

«Esta é a minha Utopia»

É coordenadora do projecto Bairros Críticos. A sua experiência no ramo (projecto contra a pobreza no Bairro da Sé do Porto, reabilitação do Vale de Campanha/Programa URBAN), conduziram-na ao cerne da Iniciativa Bairros Críticos. Sensibilidade e grande rigor técnico, emoção, paixão temperada por uma grande frieza de raciocínio. Assim é Virgínia Sousa.

A procura do consenso é um dos seus objectivos fundamentais, garantia que um passo dado não se perde. Acredita no eco do que já foi feito, no Deus das pequenas coisas, como uma forma de demonstrar às pessoas que não estão a ser enganadas.



Elídio Custódio Carmo: «Quis que me substituíssem como presidente da Associação de Moradores porque dirigi mais do que uma associação dá aquela ideia antiga de soba, as pessoas não gostam».

Com ela falámos sobre a requalificação da Cova da Moura.

• **Quais os alicerces financeiros deste projecto?**

Temos a base. O processo de aquisição/posse dos terrenos, e a reabilitação urbana estão garantidas pela Secretaria de Estado de Ordenamento do Território e pela Câmara.

Para além disso, temos 3,8 milhões de euros destinados a acções que nós achamos fundamentais: um chefe de projecto, ter garantido o pagamento de um plano de pormenor e o estudo das habitações

actualmente a ser feito pelo LNEC. Para além disso está resolvido o pagamento do projecto Âncora, que visa melhorar a qualidade de vida da comunidade e das instalações das associações, etc.

Não temos garantidos alguns programas, como o do emprego, mas já estamos a tentar encontrar financiamentos. E continuamos a ir buscar dinheiro às próprias instituições parceiras do projecto. Exemplos? O Ministério da Educação, desde que a Iniciativa começou, incluiu a escola do bairro nos Territórios de Intervenção Prioritária do ME, a Polícia, com os seus próprios meios, reforçou o policiamento lá, a Câmara vai revolucionar no bairro a recolha do lixo.

Assim temos o essencial do financiamento para as acções consideradas estruturantes, nos restantes casos vamos buscar do dinheiro às instituições ou usamos os mecanismos financeiros normais.

• **Quais foram as principais etapas da Iniciativa Bairros Críticos?**

Depois de lançado o projecto, em Outubro de 2006, fizemos a candidatura aos Fundos, o que demorou cerca de 8 meses. Só em Outubro de 2007 é que tivemos os projectos aprovados. Aí pudemos admitir um chefe de projecto para a Cova da Moura que teve instalações cedidas pela Câmara, onde temos também um administrativo e um técnico do Moinho da Juventude contratado a meio tempo. Entretanto tinha sido feito - durou nove meses - em conjunto com a população e com as associações, todo o diagnóstico dos problemas e gizado um plano de acção. O conselho executivo estava já a funcionar. Entretanto também avançou o Levantamento que o LNEC levou a cabo para caracterizar todas as habitações do bairro, e que ficará pronto em Março, e nós já estamos há 3 meses e meio a trabalhar no terreno.

• **Tem havido grandes divergências entre a Câmara, a população e o Governo?**

Não tenho essa percepção. Todo o trabalho de diagnóstico dos problemas e de criação de um plano de acção foi no sentido de consensuar determinadas acções. Todos cederam provavelmente, no sentido de ajudar a encontrar o consenso que agrada a todos.

Dou exemplos: O Plano de Pormenor (PP) é da responsabilidade das Câmaras, mas a Amadora cedeu e quem vai fazer a encomenda do PP é o Conselho Executivo. E no Júri do concurso que vai escolher o PP vai estar um elemento da comissão de bairro. Houve cedências de todos os lados. Por exemplo, o levantamento do LNEC foi acordado por todos, que o consideraram uma instituição isenta.



Rosa Rodrigues: «Estamos atentos ao novo programa de qualificação, qualquer distração pode ser fatal».

• **Então o programa que a Câmara tinha para a Cova, que previa a demolição de 80% das casas, e tanto assustava os moradores, já está completamente posto de parte?**

Enterrado. Não tem nada a ver. Se não, não se justificava fazer este levantamento caríssimo do LNEC. Só se fôssemos todos malucos.



Virgínia Sousa, a portenha que dá o seu pragmatismo aos bairros críticos de Lisboa.

• **Quer falar-nos do estudo do LNEC?**

O LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) está a fazer um levantamento a todas as casas do bairro, que indica quais as que precisam de uma pequena recuperação, as que precisam de uma forte reabilitação, e outras que precisariam de uma reabilitação de tal maneira forte que provavelmente serão substituídas. Há casas que não têm hipótese nenhuma. Tem de se encontrar uma solução, mas lá, se as pessoas quiserem ficar. O estudo ficará pronto no final de Março, depois terá de ser avaliado pela instituição. Só então iremos discutir os termos de referência para o concurso do PP. E a equipa escolhida, antes de fazer o novo arranjo do bairro, vai primeiro estudar a população, para ganhar entrosamento com ela.

• **O PP vai ter um concurso público?**

Tem de ser, nacional ou internacional, consoante os valores envolvidos. Já está marcada a reunião em que vamos discutir o que vamos pedir à equipa que vai com a população definir o PP.

• **Algum dos itens do projecto contempla os ilegais?**

Há o SEF em movimento. Julgo que eles têm um acordo com o Moinho da Juventude. O SEF vai lá, leva os papéis, preenche-os, trá-los e legaliza as pessoas. A escola também tem um processo de legalização dos miúdos, Está tudo montado para legalizar as pessoas.

• **A Lieve Meerschaert do Moinho da Juventude dizia-nos outro dia que há crianças da Cova cujo programa ao Domingo é ir visitar familiares à cadeia. O projecto contempla alguma alternativa para a população encarcerada?**

A legalidade em todos os campos é um objectivo desta iniciativa. Estamos a trabalhar com todas as cadeias que têm presos da Cova da Moura, no sentido de lhes resolver o máximo de problemas, da legalidade ao emprego (programas de formação). A Segurança Social já está a tratar do Rendimento Social de Inserção, se for caso disso. Tentamos pôr em prática projectos de vida, para que as pessoas não saiam da prisão sem outra alternativa senão voltar à prisão. Queremos quebrar o círculo, ter um bairro legal, em todos os sentidos.



O angolano Emilio Teixeira, presidente da Associação de Moradores: «Não busco protagonismos nem vantagens de qualquer espécie, por isso digo o que penso».

• **Como imagina a Cova da Moura daqui a 20 anos?**

Não se mudam gerações repentinamente, isto é um processo lento. Aqui não há varinhas mágicas... agora de facto acredito que estão criadas as condições para que a situação mude. E se tudo correr bem, se houver continuidade no projecto, teremos a prazo um bairro com características apetecíveis, com comércio que não se arranjam noutros sítios, com pessoas com problemas e dificuldades, como no resto da cidade. Eu imagino assim. Esta é a minha utopia. ■

A actual posição do Governo

No dia 2 de Outubro de 2006 José Sócrates apresentava no CCB o programa de re-qualificação da Cova da Moura e de mais dois territórios (Lagarteiro e Vale da Amoreira), que o governo considera como "críticos".

Nas palavras que então pronunciou, é visível a sua linha de pensamento, que o levou a escolher a batalha pela qualidade de vida "que se ganha fundamentalmente nas cidades", como uma pedra de toque da sua acção política, desde os tempos em que, como secretário de estado, criou o programa POLIS "criador da política de cidades".

Uma preocupação económica? "o sucesso económico do país depende das nossas cidades, mais bonitas e mais respeitadoras da sua identidade e história (...) capazes de atrair mais pessoas, mais elites, e mais investimento", e "duas razões justificam a emergência de uma política para as cidades: a qualidade de vida e a razão económica".

Uma preocupação de solidariedade? "não desistimos dessas zonas críticas, sabemos bem a importância que têm", "essas zonas / os bairros críticos / têm juventude, têm dinamismo, têm gente e muitos indicadores que nos comprovam a sua energia e a sua vontade de evoluir" e "estão à espera de um sinal público" "para elas próprias desenvolverem as suas energias internas e responderem muito rapidamente".

Uma preocupação global? O desafio aqui lançado "não é apenas um desafio ambiental e de habitação", "lança reptos à segurança, à educação, à cultura, e todos têm de ter o seu programa por forma a que desta intervenção resulte uma resposta". ■



A Câmara Municipal da Amadora lançou Programa Municipal de Empreendedorismo Social

O Programa Municipal de Empreendedorismo Municipal Amadora EMPREENDE, tem como objectivos principais identificar, junto da população jovem e de pessoas em situação de vulnerabilidade social da Amadora, iniciativas individuais de empreendedorismo, facultando-lhes as condições necessárias de desenvolvimento de uma ideia de negócio.

O âmbito geral deste programa apresentado pelo edil Joaquim Raposo desdobra-se em quatro objectivos estratégicos: empreendedorismo jovem, empreendedorismo de activos e desempregados, acções facilitadoras e capacitação e desenvolvimento. Lança portanto um desafio à comunidade imigrante da cidade mais africana de Portugal.

Com dois pontos de actuação distintos, a Incubadora Quicke o Quem não Arrisca não Petisca (dirigido a pessoas em situação de vulnerabilidade social – mulheres, deficientes, imigrantes, reclusos e ex-reclusos), pretende este pretende ser um programa de apoio selectivo, que consiga dar força a projectos que muitas vezes não são expostos, por falta de apoios ao nível do desenvol-

2 + 2 = 5
Amadora EMPREENDE
 Programa Municipal de Empreendedorismo Social
 Social Entrepreneurship Municipal Programme

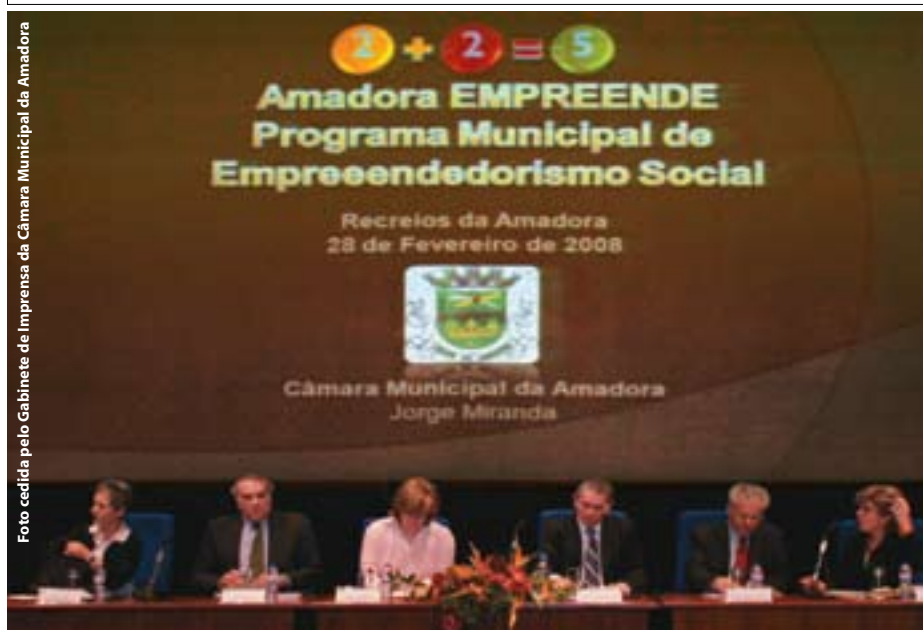


Foto cedida pelo Gabinete de Imprensa da Câmara Municipal da Amadora

vimento de ideias, ou a procura de apoios financeiros.

Como forma de potenciar este projecto pioneiro, a Amadora assinou durante a cerimónia de apresentação do projecto um protocolo com o ISCTE, que dispõe de uma unidade especializada na promoção do empreendedorismo, UNIAUDAX, e que irá conduzir o diagnóstico das candidaturas, entrevistas, forma-

O programa Amadora EMPREENDE assume duas apostas estratégicas fundamentais, acreditar no potencial empreendedor dos jovens e criando na cidade oportunidades para recém licenciados e públicos menos favorecidos.

O conceito de empreendedorismo social é um conceito emergente em ciências sociais e como tal espelha diversas abordagens e interpretações na medida em que procura dar enquadramento a uma diversidade de práticas empreendedoras que têm o duplo objectivo de criação e repartição de riqueza ao serviço do desenvolvimento social.

Sendo uma nova área de intervenção, é também, crescentemente, um desafio dos poderes públicos, nomeadamente ao nível das



A angolana Júlia Gaieta por falta de documentos perdeu o dinheiro que adiantou para um contrato de compra de casa.



ção necessária e apoia a procura de investimentos. A Fundação Calouste Gulbenkian, instituição com grande reputação ao nível do trabalho social, e que já colabora com aquele município no projecto Projecto Geração, em desenvolvimento no bairro de realojamento do Casal da Boba também entra no protocolo.

políticas de cidades e de coesão social, desafiando novas metodologias e soluções para problemas sociais de carácter estrutural como a pobreza e exclusão. Aliás o Presidente da Câmara Municipal da Amadora, Joaquim Raposo afirmou que existe muita pobreza encoberta na região metropolitana de Lisboa e insurge-se

Amadora EMPREENDE

Um projecto pioneiro em Portugal



Aliás, a integração só se faz por via da integração económica, ou seja, através de emprego. ■

Africanidade - Emílio Borges



com a desculpa de que “não há verbas comunitárias para resolver esses problemas”. Defende que a erradicação da pobreza é da responsabilidade do governo.

Dirigindo-se aos líderes das associações de imigrantes Raposo diz que não basta falar de imigração e minorias, é preciso ver pra eles.



A repórter Bela Lemos entrevistando angolanos que têm negócios na Amadora.



Ermelindo Quaresma, professor de informática do Moinho da Juventude.

Peritos de experiência

A vida é um “local de formação entranhada” que cria peritos com autoridade proveniente não de conhecimentos teóricos, mas da experiência na prática, a escola da vida, diz o Moinho da Juventude, sempre em busca de novas rotas. Por isso, vai promover em finais de 2008 um curso de peritos de experiência, que formará agentes para os três territórios abrangidos pela Iniciativa Bairros Críticos (Cova da Moura, Vale da Amoreira e Lagarteiro).

Com a duração de três anos, a tempo inteiro e com estágio final, o curso destina-se a pessoas com grande experiência num determinado terreno (toxicodependência, desemprego, gravidez precoce, pobreza, prisões, etc.) e vai permitir aos agentes adquirir as atitudes, competências e metodologias que lhes darão a reflexão necessária para um trabalho social, no campo em que a vida os formou.

Uma parte do curso é dedicado às Histórias de Vida e é baseado em modelos psico-terapêuticos. Outra é composta por matérias claramente imprescindíveis (direitos humanos, cidadania, gestão de projectos, empreendedorismo). É estabelecido um projecto para cada aluno e o seu próprio roteiro. “Há nesta profissão um caminho nunca dantes percorrido que é trabalho individual. Por isso o curso não é nada massificado, é muito desenhado para cada uma das pessoas que o compõem. O estágio final será adequado ao perfil e às dificuldades anteriores de cada um. Por exemplo, alguém que tenha tido dificuldades anteriores com a polícia, é normal que faça o estágio final na Polícia” diz Carlos Simões, técnico do Moinho e um dos responsáveis do curso.

É a primeira vez que este curso se realiza em Portugal e a segunda no mundo, depois da Bélgica. O próprio conceito de ‘perito de experiência’ é muito recente, tendo sido apenas formulado em 1994.

Em 1996-97, ao abrigo do programa Equal, o Moinho realizara já um pequeno curso sobre o mesmo tema, como esboço desta nova profissão. Hoje, são já várias dezenas os peritos de experiência a trabalhar no Moinho.

Não é a primeira vez que a instituição é inovadora neste campo. Anteriormente tinha relançado em Portugal a função de Mediador Social, uma experiência da esquerda dos anos da clandestinidade. ■

Bolsas da UAL

Em resposta a um apelo directo, a Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), passou a apoiar directamente a Biblioteca Ramos Rosa, com o envio de livros, enquanto uma mestranda em Ciências Documentais está, como voluntária, a catalogar a biblioteca.

Ao abrigo do mesmo protocolo informal, três técnicos da instituição da Cova da Moura estão a frequentar gratuitamente cadeiras do curso de Ciências Documentais, com vista ao futuro trabalho nas bibliotecas (vai abrir em breve uma biblioteca infantil).

Mais tarde frequentarão também outras formações para completar este programa, entre as quais os estúdios de rádio e televisão da Universidade. Um azimouth desenha-se ao longe: a futura Rádio Moinho da Juventude. ■

2 de Março

Destacada participação feminina na reconstrução do país

Em Portugal, para assinalar o 2 de Março, Dia da Mulher Angolana, a delegação da OMA cumpriu uma série de actividades, preenchida com debates, palestras e encontros sobre a participação da mulher nos próximos desafios políticos eleitorais. Durante a jornada, em que a OMA promoveu ainda o ingresso de novos membros, foram também realizadas acções de carácter político, cultural, social e desportivo, tal como reportam as imagens. Enquanto isso, em Luanda, a secretária-geral da Organização da Mulher Angolana (OMA), Luzia Inglês, enalteceu o significado da data, no acto central do Dia da Mulher Angolana, destacando o papel desempenhado pelas heroínas Deolinda Rodrigues, Engrácia dos Santos, Teresa Afonso, Irene Cohen e Lucrécia Paim duran-



te a luta de libertação contra a dominação colonial. Para ela, a jornada comemorativa da data é uma grande oportunidade para as mulheres reflectirem e assumirem o seu papel na construção de um futuro melhor, adiantando serem já visíveis os avanços conseguidos pela mulher em Angola a todos os níveis da vida nacional, sublinhando que se nota

agora uma maior representatividade feminina no poder executivo, judicial e nas organizações sociais. Luzia Inglês considera, entretanto, que esta representatividade está abaixo do ideal e reafirmou que um dos maiores objectivos é atingir mais de 30 por cento de participação feminina nos lugares de decisão. Reconheceu que se regista um amplo crescimento no movimento feminino, com uma intervenção cada vez mais activa em todos os sectores importantes da vida nacional. Luzia Inglês sublinhou que as mulheres assumem um papel cada vez mais activo na economia nacio-

nal, sustentando essencialmente o mercado informal, como forma alternativa de subsistência dos seus agregados familiares. A dirigente da OMA frisou que isto se tornou muito mais visível desde que se expandiu o fenómeno de ruralização das principais cidades e aumento assustador da pobreza. Tendo como uma das suas prioridades a realização de trabalhos junto da mulher das áreas suburbanas e rurais em defesa dos direitos da mulher, a jornada em alusão ao Dia da Mulher Angolana, que teve sob o lema "Mulheres unidas para a vitória", foi também comemorada no exterior do país. ■



Mais mulheres nos órgãos de decisão

O Governo promete envidar esforços para alcançar, nos próximos anos, 30 por cento da representatividade de mulheres nos órgãos decisórios do país.

A garantia foi dada pelo Primeiro-Ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos, a um grupo de

mulheres do Fórum Parlamentar da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), que visitou recentemente o país. Lilian Patel, vice-presidente do Grupo Regional de Mulheres Parlamentares da SADC, disse ter recebido garantias de que o governo angolano

envidará esforço para aumentar a representatividade feminina dos actuais 12 para 30 por cento nos próximos anos. Lilian Pates lembrou que uma declaração da SADC orientava para a indicação de 30 por cento de mulheres em cargos decisórios até 2005. Em Angola, o

grupo de mulheres parlamentares da SADC manteve, entre outros, encontros com o presidente e o Grupo de Mulheres Parlamentares da Assembleia Nacional, bem como com as direcções do MPLA e do Ministério da Família e Promoção da Mulher. ■



O ministro do Urbanismo e Ambiente, Diakumpuna Sita José, apontou, em Luanda, a preparação da Primeira Comunicação Nacional sobre Alterações Climáticas e o Plano de Acção Nacional de Adaptação, como principais projectos no que toca ao combate às alterações climáticas.

No acto de lançamento do Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desen-

volvimento (PNUD), o governante disse que a comunicação incluirá a realização de um inventário das fontes de emissão de gases de efeito estufa, proporcionará o conhecimento "profundo" das principais fontes de emissão de poluentes e o desenvolver de estratégias e planos para as reduzir ou eliminar.

Sobre o Plano de Acção Nacional de Adaptação (Napa), disse que consistirá na definição de medidas "imediatas" de mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas no país. Os dois projectos serão apoiados pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), através do Fundo Mundial

para o Ambiente (Gef), orçado em 700 mil dólares.

O Ministério do Urbanismo e Ambiente está igualmente engajado na preparação da Estratégia Nacional para a Gestão de Resíduos Urbanos que será construída na base do princípio de maximização

do reaproveitamento, valorização económica e preservação ambiental. E porque se confirma a presença da subida da temperatura em Angola ao longo dos últimos 50 anos, a adaptação às alterações climáticas é uma opção prioritária nas políticas sectoriais do Governo.



Para corresponder aos compromissos internacionais o país elaborou a Estratégia Nacional para a Implementação da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e do protocolo de Kyoto, das quais fazem parte acções no domínio da energia, transportes, florestas, indústria e petróleos. Com o título "Combater as alterações climáticas: Solidariedade humana num mundo dividido", o documento apresenta como principais recomendações a o desenvolvimento de uma estrutura multilateral, ao abrigo do Protocolo de Kyoto pós-2012, para evitar alterações climáticas perigosas. ■

Investimento em Angola

Em 2007 o volume de negócios nas relações comerciais entre Portugal e Angola ultrapassou os 400 milhões de euros. Angola precisa agora que os investidores estrangeiros transportem para lá know-how e apoiem o desenvolvimento do país e das pessoas.

Numa Conferência Económica intitulada "Investimento Público e Privado – Parcerias e Financiamento em Angola", organizada recentemente pela Câmara de Comércio e Indústria Portugal Angola (CCIPA), o presidente da Câmara de Comércio Indústria Portugal-Angola, Carlos Bayan Ferreira, disse que Portugal também foi o país com mais projectos de investimento apresentados e aprovados.

Para 2008, a previsão aponta que Angola venha a ser o primeiro país extra-comunitário de destino das exportações lusas.

No entanto, Carlos Bayan Ferreira diz que Angola tem vontade de produzir e de poder vir a exportar para Portugal. Por isso, defende ser importante "transportarmos know-how e continuarmos a apoiar o desenvolvimento de Angola e dos angolanos".

Durante a Conferência foi ainda destacado o facto de o Programa Integrado de Relançamento da Actividade Económica do Governo de Angola, em vigor, incluir um conjunto de factores que fortalecem a existência de um ambiente com oportunidades na reabilitação de infra-estruturas, agricultura e indústria em geral, como por exemplo, o quadro legal de incentivos ou uma maior disponibilidade de fontes de financiamento.



A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) definiu como oportunidades para as empresas portuguesas, as actividades industriais associadas ao agro-alimentar, produção de bens de consumo e equipamento, tecnologias de informação e comunicação farmacêutica.

Nos serviços, as oportunidades centram-se no ensino, formação profissional e tecnologias de informação e comunicação. Os materiais de construção e os produtos metálicos são igualmente opções por ser urgente a reabilitação das vias de comunicação, escolas e estabelecimentos de saúde.

Por outro lado, durante o encontro, vice-ministro angolano das Finanças de Angola, Job Graça, disse que "o fluxo de investimento privado está a acontecer porque há estabilidade política e macroeconómica que proporcionam elevadas taxas de rentabilidade".

Para prová-lo, Job Graça apontou "a alta taxa de crescimento real da economia, que atingiu o valor mé-

dio anual de 16,8 por cento entre 2004 e 2006".

No mesmo diapasão, o Embaixador de Angola em Portugal, Assunção dos Anjos, afirma que "Angola está num processo de reconstrução e com necessidade de superar o défice infra-estrutural. Mas a intervenção estatal não é suficiente".

Segundo ainda o chefe máximo da diplomacia angolana em Portugal, "é muito importante que haja intervenção de projectos privados, através de parcerias público-privadas", até porque Angola "tem uma situação económica favorável, estável e atractiva a potenciais investidores".

Actualmente, há um grande esforço do Governo angolano em melhorar a situação social do país. Os programas gerais do Governo até 2013 têm como objectivo a consolidação da paz, a reconciliação nacional e do processo democrático, o desenvolvimento dos recursos humanos, e a promoção de uma economia integrada e auto-sustentada.

Portugal tem forte presença em Angola em sectores de actividade como a construção civil, as obras públicas e os materiais de construção, a banca, a metalurgia e a metalomecânica, a electricidade e a electrónica, o agro-alimentar, a prestação de serviços, a educação e a formação profissional, e também as tecnologias de informação.

As exportações de Portugal para Angola reflectem dinamismo na indústria alimentar, têxtil, vestuário, calçados, materiais de construção, máquinas e equipamentos. A taxa média anual entre 2003 e 2006 foi de 21,4%.

"Os sectores não petrolíferos estão com um ritmo de expansão muito dinâmico devido à confiança crescente nos activos financeiros e à estabilidade da moeda. O uso do Kwanza é cada vez mais intenso como moeda de transacção", lembrou Emídio Pinheiro, Presidente do Banco Fomento Angola, na sua intervenção.

De um modo geral, todos os sectores de actividade em Angola têm um grande potencial de crescimento e investimento, e Portugal tem as vantagens da língua comum e da facilidade de relacionamento inter-pessoal, tanto a nível empresarial como institucional. Actualmente, os empresários portugueses estão a partir para parcerias locais e a apoiar a qualificação da mão-de-obra local.

A criação da Bolsa de Valores de Angola vai com certeza ser alvo de uma atenção das empresas e empresários portugueses como oportunidade para reforçar os investimentos em Angola. ■

Angola | Portugal: Acordo sobre investimentos

Angola e Portugal assinaram, recentemente, em Luanda, um acordo de "promoção e protecção recíproca" de investimentos com o objectivo de "estimular" iniciativas de negócio em ambos os países.

Os ministros das Relações Exteriores de Angola, João Miranda, e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Luís Amado, assinaram ainda mais três documentos, considerados igualmente "estruturantes" para as relações bilaterais: acordo de "reconhecimento mútuo de títulos

de condução", protocolo de cooperação entre os dois ministérios e um memorando de entendimento sobre "consultas políticas".

No que concerne às cartas de condução, os cidadãos portugueses em Angola e os angolanos em Portugal podem conduzir durante 185 dias após a entrada no território "da outra parte".

Findo este prazo, os titulares das cartas de condução podem requerer a troca do título, sendo, para isso, suficiente "a confirmação da autenticidade do mesmo" pelas entidades competentes. ■

Aposta de vinho luso em Angola

O actual cenário económico angolano resumido em crescimento real, em muito tem contribuído para uma, (embora relativa) internacionalização de empresas portuguesas. É exemplo disso a parceria entre as empresas IEVA-(Importação e Exportação de Vinhos Amado Lda) com sede em Aveiro, e a Quinta Monteiro de Matos - Produtora Vitivinícola dos "Vinhos Terras de Paul" Ribatejo, em Sobral de São-Vicente de Paul.

Neste momento estão a instalar-se em Luanda, visando a exportação dos vinhos "Terras de Paul" e outras marcas, além de bebidas espirituosas. Assim surge mais uma aposta de investimento Luso em Angola, não só com o objectivo de prósperos negócios, mas também visando a aposta no desenvolvimento económico, na formação de quadros e postos de trabalho que Angola incentiva ao investimento estrangeiro nas mais diversas áreas.

A parceria entre estas duas empresas, dirigidas pelos empresários José Armindo Monteiro de Matos e Helder Amado, permitirá a abertura de uma filial na capital angolana, Luanda, e que se designará por **IEVA-Vinus Angola**. O investimento está calculado em 4,5 milhões de dólares americanos.



Helder Amado da IEVA e José Armindo da Quinta M.M.

Em entrevista ao "Mwangolé" o proprietário e fundador da IEVA, Helder Amado, curiosamente um angolano com origens malanginas, avança ter "99 por cento da certeza de que Angola, jamais será um país impróprio para investimentos", garantia que assume pelo facto de que o país "nunca mais voltará a ser palco de guerras".



Quanto a eventuais dificuldades burocráticas locais, espera ultrapassá-las com "muito trabalho e vontade", sem os quais, "nada feito!". No seu objectivo de afirmação internacional, Helder Amado entende que além do Brasil, Angola é um potencial mercado, e que as empresas portuguesas "terão forçosamente de levar isso em consideração", sobretudo "pela grande perspectiva do crescimento e desenvolvimento da economia angolana".

Disposto a conquistar o seu "próprio espaço", Helder vai também para as províncias. Depois de Luanda, entre as apostas existentes da lista de distribuidores da empresa Quinta Monteiro de Matos e IEVA, constam as cidades de Benguela, Lobito, Lubango, Huambo e Porto Amboim.

A IEVA - Importação e Exportação de Vinhos Amado Lda, exporta, essencialmente, para Inglaterra e ultimamente, para Angola, vinhos tintos das regiões demarcadas do Douro, Ribatejo e Alentejo. Chile e África do Sul são os países de eleição desta empresa na importação de vinhos. Em ambos os casos, Helder Amado salienta que os vinhos se destinam ao consumidor, de uma forma geral, e «para os grandes apreciadores dos bons vinhos», e de uma forma particular abrange a área dos colecionadores.

Há vinhos que ficam na memória e no paladar de quem tem o privilégio de os conhecer

TERRAS DE PAUL, é um vinho de características únicas, que além da vantagem de ser produzido com o saber tradicional de uma geração familiar, na **Quinta Monteiro de Matos** em Sobral - São Vicente de Paul, situa-se numa das **Rotas importantes dos Vinhos Portugueses, na região Demarcada do Ribatejo**.

Tanto o Branco como o Tinto, são vinhos de Selecção e podemos encontrá-los nas melhores Garrafeiras e Restaurantes de Portugal, além das Grandes Superfícies, Hiper e super

mercados, cuja comercialização /distribuição é feita também através da empresa **Vinibatalha Lda** dentro de uma recomendação qualidade/preço. Terras de Paul é uma marca de vinhos bem sucedida também a nível internacional, devido ao empenho e profissionalismo do seu produtor **José Armindo M. Matos**.

Tem características de um vinho de qualidade e nobreza sendo várias vezes distinguido com Medalhas de Mérito e com a Medalha de Prata em 2004 no Certame Internacional de Vinhos na cidade de Bruxelas, situando-se assim entre os melhores vinhos do mundo.



José Armindo tem a noção, que para se conseguir um bom vinho é necessário empenho, delicadeza "também carinho!" saber conservá-lo, respeitando as afinidades climáticas da região onde é produzido, tratando da terra que produz as boas castas, e de todo o processo de transformação que o vinho tem que passar até ao engarrafamento. ■

Mercado preferencial para empresas de vinho alentejano

Angola comprou até Outubro de 2007 mais de 1,8 milhão de litros de vinho do Alentejo e deve destronar os Estados Unidos do primeiro lugar no ranking dos países importadores dos tintos e brancos alentejanos. Há cerca de uma década que os americanos são os primeiros da lista. Os produtores de vinho do Alentejo já exportaram, este ano, quase dez milhões de litros de vinho, o que corresponde a mais de onze por cento da produção da região, em 2006.

Angola, Brasil, Estados Unidos, Suíça, China e Canadá são, respectivamente, os actuais primeiros seis mercados dos vinhos da região alentejana. A Adega Cooperativa de Borba e a empresa produtora de vinho Monte Seis Reis, na zona de Estremoz, são duas das empresas do Alentejo que exportam para Angola. Em declarações à Lusa, o director-geral da Adega de Borba, Francisco Henriques, corroborou a opinião de que Angola é "um mercado em crescimento, muito dinâmi-

co, à procura de vinhos do Alentejo, sobretudo de gama média alta e topo de gama". Uma outra empresa de Estremoz, que produz o vinho Porta de Santa Catarina, vai também começar a exportar para Angola em 2008. Alemanha, Bélgica, França, Luxemburgo e Holanda são outros mercados da União Europeia que compram os vinhos da região, também exportados para países como o Japão, Vietname, Tailândia, Índia e Emirados Árabes Unidos. ■

Divulgação do Novo Código Aduaneiro de Angola

O novo Código Aduaneiro angolano publicado ao abrigo do Decreto-Lei nº 5/06, de 4 de Outubro, e que entrou em vigor no segundo dia do ano de 2007, tem despertado o interesse de vários intervenientes na cadeia do comércio internacional, e entre entidades públicas e privadas.

Este diploma legal surgiu da necessidade de se proceder a uma completa revisão dos preceitos que regiam a actividade aduaneira em Angola, fruto das profundas modificações baseadas na adesão das Alfândegas à Organização Mundial do Comércio (OMC), à Organização Mundial das Alfândegas (OMA) e à Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Dentro e fora do país muitas acções têm sido desenvolvidas visando a divulgação do Código que vigora desde Janeiro de 2007. Palestras, debates, conferências, workshops e outros eventos realizados têm servido para se esclarecer a todos os agentes comerciais, nacionais e internacionais, questões relacionadas com as regras e os procedimentos aduaneiros agora presentes num único diploma legal.



“Com este Código Aduaneiro, Angola tem um sistema aduaneiro baseado em práticas modernas, promulgadas pela OMA e gradualmente influenciadas pela internacionalização do comércio, pela globalização da economia e pela ponderação da necessidade de um controlo aduaneiro eficaz com a facilitação do comércio legítimo”, referiu, a propósito, o Director Nacional das Alfândegas de Angola, Sílvio Franco Burity.

O Código Aduaneiro introduziu diversos conceitos novos, quer sobre o contexto do controlo aduaneiro, quer sobre a facilitação do comércio internacional. O público-alvo da divulgação deste novo diploma são sobretudo funcionários aduaneiros, despachantes, agentes de navega-

ção, representantes de ministérios vinculados ao comércio internacional – Transportes, Indústria, Comércio, Agricultura, Saúde – bem como de outros como o da Justiça, Relações exteriores, Planeamento e Finanças, órgãos policiais – Polícia Fiscal, Polícia Económica, Inspeção e Investigação das Actividades Económicas.

Eventos realizados no exterior do país têm servido igualmente de oportunidade para representantes das Alfândegas de Angola prestarem esclarecimentos a investidores estrangeiros e dar a conhecer o programa de Expansão e Modernização das Alfândegas (PEMA), levado a cabo desde 2001 com o objectivo de tornar o processo de desalfande-

gamento de mercadorias mais célere e eficaz, através da introdução de novos procedimentos.

Grupos de trabalho da Direcção Nacional das Alfândegas, entre juristas e gestores, deslocaram-se já a Espanha (Barcelona e Madrid), Portugal, Brasil e África do Sul. A missão é divulgar toda a legislação e modernização que vem sendo feita com o Programa de Expansão e Modernização das Alfândegas (PEMA).

Em Barcelona, a divulgação do Código Aduaneiro angolano deu-se ao mesmo tempo em que realizou o primeiro Fórum Empresarial Espanha-Angola, no qual se fizeram representar a Agência Nacional de Investimento Privado, a Câmara de Comércio e Indústria de Angola e o Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola. A discussão sobre o Código Aduaneiro permitiu aos participantes compreenderem que em Angola os procedimentos do comércio e outros procedimentos vão-se adequando às normas de convenções internacionais, transmitindo maior segurança nas operações e permitindo um maior conhecimento e limites das regras a aplicar. ■

Novo Porto de Luanda

Ainda este ano será construído o novo porto de Luanda na baía do Dande. O anúncio foi feito pelo ministro dos Transportes, Luís Brandão, por ocasião da abertura da terceira reunião do Conselho Consultivo do Porto de Luanda.

O novo porto terá características diferentes e capacidade superiores às do actual, com 16 a 32 pontos de atracação e maior profundidade, sendo que o actual dispõe apenas de 15 pontos. «Neste momento, os estudos do projecto estão concluídos e o Governo já autorizou a sua construção», assegurou o ministro.

Luís Brandão manifestou alguma preocupação sobre a avaliação e funcionalidade do Porto de Luanda, solicitando aos presentes uma discussão com resultados convincentes para a tomada de decisões. O ministro focou exemplos de algumas questões administrativas portuárias, como saber o tempo útil da mercadoria, reduzir a demora dos agentes económicos e a permanência dos navios e contentores no Porto. «O Porto de Luanda deve servir como suporte e apoio económico e não de congestionamento de contentores e navios» referiu, acrescentando que os importadores devem contribuir para a solução destes



problemas, fazendo uma conciliação entre a capacidade de importar e a de manusear a carga.

Nos últimos quatro anos, os níveis de produção do Porto de Luanda elevaram-se significativamente. De 2006 a 2007, os níveis atingiram os 18 por cento de crescimento. Em 2006 o Porto de Luanda recebeu 3 457 navios, sendo 773 de longo curso, 103 de cabotagem e 2 581 navios de apoio às actividades petrolíferas. Em 2007, a cifra foi de cinco milhões, 593 mil 965 toneladas como resultado do tráfego de 4077 navios, 698 dos quais de longo curso. O Porto de Luanda recebeu 3457 navios, sendo 773 de longo curso, 103 de cabotagem e 2581 navios de apoio às actividades petrolíferas. O manuseamento de cargas foi de cinco milhões, 469 103 toneladas, o que representou um aumento de 35 por cento em relação ao ano anterior. ■

EDEL investe em participação com as comunidades

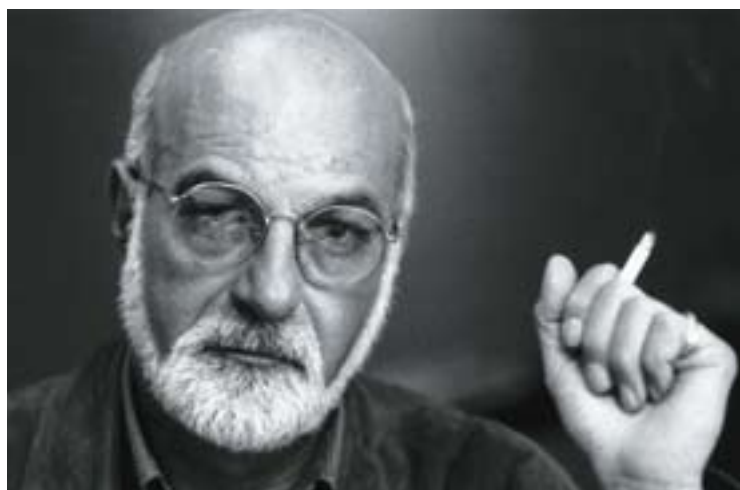
A empresa de distribuição de electricidade de Luanda (EDEL) instalará trinta e nove postos de transformação, este ano nas zonas mais carentes dos municípios de Luanda, no âmbito do programa de investimentos em participação com as comunidades que visa fornecer energia eléctrica com recurso a fundos próprios.

Segundo uma nota de imprensa da EDEL com o apoio das respectivas administrações municipais, a EDEL aprovou a instalação dos 39 postos ao abrigo dessa parceria. Assim a EDEL pretende iniciar imediatamente o trabalho de montagem de equipamentos e execução das redes eléctricas de média e baixa tensão das 39 cabines aprovadas mediante o critério de conclusão de cada uma.

Bairros que nunca tiveram energia eléctrica como o GAMEK, Morro Bento e Camama terão a possibilidade de beneficiar deste bem social. Por outro lado, a nota esclarece que a EDEL adverte as administra-



ções municipais para a necessidade de exercerem mais intervenção e controlo sobre o processo de encaminhamento das solicitações para projectos em regime de participação com as comunidade, uma vez que os proponentes recorrem aos órgãos de soberania como forma de pressionar a empresa. ■



A obra do autor angolano Ruy Duarte de Carvalho foi justamente celebrada e divulgada recentemente. O ciclo dedicado ao autor "Dei-me portanto a um exaustivo labor", organizado no Centro Cultural de Belém de 11 a 17 de Fevereiro, permitiu-nos uma aproximação à sua abordagem criativa multidisciplinar. Na mesma altura, a obra *Desmedida* - Luanda,

São Paulo, São Francisco e volta, foi galardoada com o Prémio Literário Casino da Póvoa, atribuído no âmbito do 9º encontro de escritores de expressão ibérica Correntes d'Escritas.

Já não era sem tempo que se valorizava e se dirigia a atenção a uma obra de tamanha magnitude, que utiliza vários meios de expressão para "dar a conhecer os angolanos uns aos outros",

Parabéns a Ruy Duarte de Carvalho!

Marta Rodrigues

como salientou o autor numa das conferências, com um olhar sincrético de antropólogo envolvido, poeta e cidadão. Angola, um espaço de múltiplas leituras e subjectividades que, pela escrita e imagem de Ruy Duarte de Carvalho, ganha densidade, povoa-se de histórias, de História, de perplexidades e encantos.

Ruy Duarte de Carvalho nasceu em Santarém mas cedo vai para o Namibe (na altura Moçâmedes) onde já tinha família instalada. Este angolano "de opção e condição", trabalhou como regente agrícola em café e pecuária; foi criador de ovelhas e fabricou cerveja. Escreveu poesia. Estudou cinema em Londres; realizou filmes para a televisão e para o instituto de cinema angolano. Trabalhou muito pela zona

da Huíla. Fez o doutoramento em antropologia em Paris (École de Hautes Études en Sciences Sociales) sobre pescadores da costa de Luanda cuja tese se intitula *Ana a Manda* (1989). Leccionou nas Universidades de Luanda, São Paulo, Coimbra e, futuramente, em Barkley, Califórnia. A sua

poesia encontra-se reunida em *Lavra* (2005) e os livros *Vou lá visitar pastores* (1999), *Actas da Maianga* (2003), *Os Papéis do Inglês*, *As paisagens Propícias* (2005), *Desmedida* (2007), publicados em Portugal pela Cotovia, condensam ficção, ensaio, antropologia e literatura de viagem. ■

Ciclo no CCB

Foi uma semana onde os lisboetas tiveram uma oportunidade imperdível de tomar conhecimento com este autor e sua obra, ou aprofundá-la e ligar os pontos para quem já era seguidor. O comissário convidado foi o consultor da Gulbenkian (muito ligado à arte africana contemporânea) José António Fernandes Dias, que distribuiu esta complexa obra pela exposição, debates, projecções de filmes e teatro.

Na abertura foi lançado o livro *A Câmara, a Escrita e a Coisa Dita*, de textos sobre cinema (muitos insurrectos ao cinema etnográfico), na sua maioria "intervenção orais de que resultou registo escrito", muitos deles já publicados em Angola. O autor fez uma apresentação do trabalho que

tem em mãos, o livro que está a escrever - *A Terceira Metade* que surpreenderá pela perspectiva de narração adoptada. O autor partilhou alguns dos seus procedimentos de escrita ("levantar mais questões do que produz respostas" é um deles), das suas questões existenciais, da imagem de Angola e dos termos de relações com o país, dos impasses da modernidade, e dos desafios colocados a África e aos africanos.

No debate sobre escritas participaram David Borges, Osvaldo Silvestre, Luís Quintais, Aqualusa. Cada um à sua maneira e com o seu timbre de voz, leram admiráveis excertos da obra de Ruy Duarte. Depois comentaram-na, buscando interesses particulares e sentidos mui-

to ricos, mais ou menos academicamente. Destaque-se a opinião de Luís Quintais de que a escrita de Ruy Duarte não é desencantada, trata-se de "um texto com esperança". O próprio autor também leu um excerto com bastante sentido de humor e aquela elegância característica da sua escrita.

No debate sobre imagem participaram os antropólogos Catarina Alves Costa (também cineasta), Miguel Vale de Almeida e a jornalista Teresa Nicolau. Ali discutiram sobre essa particular maneira dar a ver com generosidade para o lugar filmado, em que a escrita e o cinema se influenciam mutuamente. Para os curiosos desta vertente cinematográfica da obra de Ruy Duarte estiveram acessíveis documen-

tários como por exemplo *Presente Angolano*, *Tempo Mumula* (1979), e os filmes de ficção *Nelisita: narrativas nyaneka* (1982) e *Moia: o recado das ilhas* (1989). Assistimos à reposição da peça de teatro *Vou lá visitar pastores* (co-produção Actores Produtores Associados/Culturgest) adaptada por Rui Guilherme Lopes cuja encenação e interpretação esteve a cargo do Manuel Wiborg. No dia de encerramento houve uma leitura de poemas por Diogo Dória com a presença de Mega Ferreira, Maria João Seixas e de Ruy Duarte de Carvalho.

A exposição intitulada "Essa maneira de convocar tudo", reuniu vários suportes da sua obra, excertos de textos, fotografias, documentários (realizados entre 1975 e 1982),

manuscritos, ilustrações, numa viagem à obra de Ruy Duarte de Carvalho, com testemunhos das suas viagens pelo continente africano (Angola, Namíbia, Cabo-Verde) e pelos sertões brasileiros. Não é de estranhar a incidência de motivos sobre os povos kuvale do sudoeste de Angola, as suas transumâncias e o território do deserto que Ruy Duarte tanto descreveu e viveu.

Teve ainda lugar uma oficina pedagógica com o nome "Investigação angolana" que levava as crianças à rota do antropólogo a descobrir novos imaginários, a partir de pistas verídicas de pequenas histórias, ambientes angolanos vistos em filmes, viagens e expedições, músicas e povos desconhecidos. ■



Prémio nas Correntes de Escrita

Desmedida - Luanda, São Paulo, São Francisco e volta (Livros Cotovia) ganhou o Prémio Literário Casino da Póvoa, atribuído no âmbito do 9º encontro de escritores de expressão ibérica Correntes d'Escritas. A obra de Ruy Duarte de Carvalho foi distinguida entre as nove finalistas (por sua vez entre mais de 100 concorrentes) onde estavam a concurso outros

grandes nomes da literatura, como Lobo Antunes, Mia Couto, Lídia Jorge e Pepetela. Este ano o prémio recaía na prosa (nos anos ímpares é a poesia), incidindo sobre obras em primeira edição, publicadas em Portugal entre Julho de 2005 e Junho de 2007, por autores de língua portuguesa ou espanhola. A atribuição deste galardão a Ruy Duarte de Carvalho,

no valor de 20 mil euros, foi decidida pelo júri - constituído pelas escritoras Ana Paula Tavares e Patrícia Reis e pelos professores universitários Luiz Fagundes Duarte, Carlos Quiroga e Maria Lúcia Lepecki - "atendendo à elegância e fluidez de uma escrita que recupera, de modo extraordinariamente feliz, tradições variadas da língua literária portuguesa", como

diz a declaração de voto. Nestas Correntes de Escrita na Póvoa do Varzim, que é já um encontro familiar de debates de idéias entre escritores, participaram também os escritores angolanos Pepetela e Manuel Rui.

Em *Desmedida* o narrador veste-se de explorador que procura, através de inúmeras viagens, compreender o Homem e o seu papel nas continuidades e contiguidades entre o Brasil, Angola e Portugal. A viagem come-

ça em Luanda, tem como destino a grande metrópole de São Paulo e empreende um longo caminho de descoberta ao longo do rio São Francisco, atravessando paisagens de sertão, território literários de Guimarães Rosa e de Euclides da Cunha. Não esquece a ligação a Angola, desde os fenómenos migratórios que houve do Brasil para Angola até à história da Rainha Ginga, passando pela ocupação holandesa de Luanda. ■

Sair para a cena

Por Marta Rodrigues

Eles orgulham-se das suas raízes africanas, oriundos ou descendentes, e têm em comum, entre outras coisas, serem catalogados precisamente de imigrantes africanos e passarem por um série de situações ligadas a esta realidade.

São objecto de observação e participantes na Lisboa que se quer intercultural, mas que lhes falta muito (nas práticas e discursos) para efectivamente o ser. A língua portuguesa nos seus vários sotaques ajuda à consolidação desta idéia.



"Lisboa Invisível" esteve em cena no Teatro S. Luiz e no Teatro Meridional durante o mês de Março. Foi uma encomenda do Teatro do S. Luiz, com apoio do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, integrado precisamente no Ano Europeu do Diálogo Intercultural, que também se debruçou sobre a comunidade de imigrantes do Leste (com a peça "Turbo-Folk" do Teatro Praga) e do Brasil (com a peça "Em Brasa" pelo grupo O Bando).

O Meridional, com encenação de Miguel Seabra e Natalia Luiza, dedicou-se aos africanos. Os actores Adriano Reis, António Coelho, Carlos Paca, Célia Alturas, Cláudia Semedo, Ery Costa, Félix



Fontoura, Josefina Massango e Paulo Oliveira, interpretaram personagens que lhes são bastante familiares, pois o trabalho dramático proveio destes actores, das suas vivências e idéias, por isso dependente da genuidade de quem conhece a realidade que representa.

"Lisboa Invisível" construiu, a partir de improvisações, pequenas narrativas que se sucedem em quadros, de cariz sociológico, que dão luz, vida e voz a várias faces da vida destes angolanos, moçambicanos, caboverdianos em Portugal. O lado difícil, as saudades (os recorrentes telefonemas para casa, para a terra e as encomendas pedidas), as humilhações e a burocracias nas compassadas idas ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a dificuldade de integração e revolta, o racismo, a discriminação, a exploração e os maus-tratos dos patrões, a ignorância e o preconceito. Mas também o calor das festas, a dança, a importância do estilo e beleza (cenas no cabeleireiro), o convívio, a vida familiar em toda a sua união, nos óbitos e na alegria.

A peça vai desfiando a vida num "país que é racista mas pacífico", desde a chegada e a recepção dos familiares, a

labuta entre a cidade e os subúrbios, o desemprego e a delinquência, as rusgas policiais, o tal apoio familiar e as redes de solidariedade que inteligentemente os africanos cultivam.



Sabemos como podem viver, em Lisboa, gerações inteiras que contactam com a cultura portuguesa, mas que não se sentem integradas (na peça diz-se que 90% nunca foram convidados para ir a casa de um português). É notória uma segregação no participar da sociedade portuguesa. Nas margens, as condições de africanos e descendentes de africanos em Portugal continuam a ser: uma cultura de gueto, invisibilidade nas áreas de decisão (muitos negros no desporto para vanglória das equipas portuguesas, nas profissões invisíveis que são o sustentáculo da vida urbana - limpezas, obras, cozinha, mas quase total ausência nas universidades, opinião, chefias ou governo); além de um baixo horizonte de expectativas, nas escolas, nos meios intelectuais e artísticos. A vida apartada do centro (da tal Lisboa cool e multicultural) que habita em dormitórios e se revolta nas letras do rap, que se arrasta em comboios e barcos de exaustão, ou passeios a centros comerciais, é uma

espécie de condição reproduzida em várias gerações, excluída deste cartão de visita que os discursos crêem fazer valer quando falam de uma sociedade onde cabem todas as culturas.

Como é que sendo a mais antiga e com tantas relações históricas, a imigração africana (de feição gregária, criando nichos onde os 'portugueses' não conseguem penetrar) ainda é vista com maior suspeita em comparação às características positivas das outras comunidades - a simpatia dos brasileiros ou o profissionalismo do leste, brancos e mais disseminados na estrutura social?



Mas é o riso o tom que está acima disto tudo, a boa disposição que faz todos os problemas parecerem menores com a capacidade de auto-ironia e de pôr a ridículo a própria sociedade que os exclui. Um andaime, alusão ao trabalho nas obras, é usado como suporte cénico para várias cenas, para culminar na casa onde coabitam as diferenças (a interculturalidade?), ou o bairro de casas precárias, onde se vê a bola, e tanto se canta o hino português como se dá um show de kuduro. Queríamos poder contar outras histórias, de uma verdadeira integração, que as haverá também, mas estas, que o Meridional conta, ainda são as dominantes. ■





Entregue pelo COI:

Primeira-dama recebe prémio na Jordânia

O Comité Olímpico Internacional (COI) atribuiu, na Jordânia, o prémio "Mulher e Desporto África 2008" à primeira-dama de Angola, Ana Paula dos Santos, pela sua dedicação à promoção do desporto para deficientes no país.

O troféu anual, que assinala a comemoração do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, foi entregue pelo presidente do COI, o belga Jacques Rogge, na gala de abertura da quarta Conferência sobre Mulher e Desporto, que decorreu na zona balnearia do Mar Morto, na presença do rei da Jordânia, Abdulah II, da rainha Rania e de convidados de vários países do mundo. Proposta pelo Comité Olímpico Angolano, devido às acções desenvolvidas em prol do desporto paralímpico através do Fundo de Solidariedade Lwini, do qual é presidente, Ana Paula dos Santos concorreu com 53 candidatas africanas. A organização Lwini foi criada em Junho de 1998, com o objectivo de angariar fundos

para apoiar vítimas civis de minas, mulheres rurais, crianças órfãs e desporto para deficientes, através de programas de formação técnico-profissional e outros. De carácter não governamental, a instituição realiza anualmente uma prova de desporto adaptado denominada "Taça Lwini", com o suporte técnico do Comité Paralímpico Angolano (CPA), em saudação ao Dia Internacional do Deficiente, que se assinala a 3 de Dezembro. Esta competição disputa-se nas modalidades de atletismo, basquetebol em cadeira de rodas e futebol com muletas. Angola é o país membro do COI que detém o maior número de prémios "Mulher e Desporto", instituído há quatro anos. O primeiro foi atribuído à

selecção sénior feminina de andebol, aquando da conquista do sétimo campeonato africano da modalidade. Criado em 23 de Junho de 1894 pelo barão Pierre de Coubertin, o Comité Olímpico Internacional (COI) é uma or-

ganização não governamental, sem fins lucrativos, cuja missão é promover o olimpismo e o Movimento Olímpico Internacional, fazendo do desporto um meio de aproximação e congregação entre os diferentes povos. ■



Ana Paula dos Santos na companhia do seu esposo, em visita oficial à Namíbia.

Hóquei em Patins:

Angola conquista segundo lugar no Torneio das Vindimas

A selecção angolana de hóquei em patins ocupou, recentemente, a segunda posição do Torneio Internacional das Vindimas, disputado em Mendoza, na Argentina, ao perder este domingo, na final, com a formação do Richet Zapata por 3-9. A selecção saiu às primeiras horas desta segunda-feira de Mendoza e embarcou, a partir da cidade de Buenos Aires, com destino ao Brasil. Tem regresso previsto para Luanda na próxima quinta-feira. ■



Automobilismo

Luís Sá Silva: uma promessa angolana

Luís Sá Silva, para muitos a grande esperança do automobilismo angolano, terminou com chave de ouro a sua participação no Campeonato Asiático de Formula Renault 2000. A última prova, Rounds 13 e 14, decorreu no circuito Internacional de F1 de Shangai.

Nos treinos livres, o jovem promissor piloto angolano rodou sucessivamente em 1,48 segundos, debatendo-se com problemas de pneus, uma vez que a organização não dispunha senão de dois jogos de pneus para cada piloto, pelo que a equipa optou por usá-los na qualificação e nas duas corridas.

Na qualificação, o jovem angolano, após escutar atentamente as instruções do seu engenheiro, Benoit Dameto, que veio de Franca propositadamente para fazer o "set-up" do carro, partiu cheio de confiança.

Numa sessão de qualificações de apenas 20 minutos, Luís Sá Silva começou desde muito cedo a mostrar que estava ali para deixar a sua marca. À passagem pela oitava volta, bateu todos os concorrentes ao rodar em 1,46,148, seguido do finlandês Pekka Sariren com 1,46,256 e do suíço Alexandre Imperatorie com 1,46,351, respectivamente, o actual campeão em título e o segundo classificado.

No final da qualificação, Luís Silva, visivelmente emocionado, referiu que "estava muito feliz por ter sido o mais rápido e, sobretudo, porque era a sua primeira 'pole'", acabando por desabafar que se tivesse tido mais apoio, e com as afinações do seu engenheiro, teria seguramente andado sempre nos lugares cimeiros.

Na primeira corrida, a jovem revelação angolana largou bem e aguentou a pressão de Pekka Sariren e Alexandre Imperatori. A passagem pela segunda volta perdeu uma posição para o seu perseguidor.

Na terceira volta, Luís Sá Silva aproximou-se do líder da corrida e fez uma séria tentativa de ultrapassagem, mas devido à inexperiência (tem menos de 20 corridas na carreira) "abriu a porta" para o piloto que vinha na terceira posição, caindo para terceiro, classificação com que terminou a corrida.

Comentando a corrida do piloto angolano, o engenheiro Benoit



Dameto disse "que se trata de um jovem com muito valor, muito rápido em pista e que só a sua inexperiência levou a que não acabasse no lugar cimeiro".

"Se ele tivesse reagido à pressão como no dia anterior, ninguém o acompanhava", comentou o engenheiro, tendo em conta a melhor volta do jovem Luís, 1,47,437.

Na segunda corrida o piloto angolano largou da terceira posição e fez um mau arranque, acusando a pressão de quem raramente está na dianteira, perdendo dois lugares. Nas primeiras voltas começou a atacar o concorrente que seguia da quarta posição, melhorando volta-a-volta o seu tempo.

Entretanto o seu Fórmula começou manifestar algumas falhas no sistema electrónico pelo que não conseguiu manter o ritmo que tinha imprimido nas primeiras voltas, perdendo por isso mais duas posições, acabando na sétima posição.

Visivelmente frustrado por ter sido traído pela electrónica Luís Sá Silva deixou bem claro que "está ansioso pelo próximo ano para mostrar o seu real valor". No fim agradeceu ao seu novo e único patrocinador "China Sonangol", Ltd, por terem acreditado no seu valor.

O jovem angolano despertou o olhar curioso de jornalistas e especialistas do desporto automóvel, pelo que recebeu dois convites para testar com um Fórmula Renault V6 e participar no Campeonato Internacional de Fórmula Toyota, a disputar-se na Nova Zelândia, denominado "Lancer Racing", uma categoria de Fórmulas que está a um nível muito próximo da F3.

Sobre estes convites, a promessa angolana diz que está entusiasmado para passar à acção e quanto ao convite para correr na Nova Zelândia.

Quanto ao futuro, os seus planos passam por fazer o campeonato Asiático de Fórmula Renault de 2008 e depois tentar dar o "salto" para a Formula 3 Britânica. ■



Sarkozy visita Angola em Maio

O presidente da França, Nicolas Sarkozy, visita Angola a partir do dia 23 de Maio próximo, disse na cidade do Huambo, o embaixador



daquele país europeu. Francis Blondet confirmou a visita, depois de uma audiência que lhe foi concedida pelo governador, Paulo Kassoma, à margem da sua deslocação, de quatro dias, à província do Huambo. O presidente francês deveria visitar Angola em finais de Fevereiro, uma deslocação que foi adiada por razões de calendário. O embaixador acreditado em Angola foi ao Huambo com o objectivo de lançar a co-operação e intercâmbio com a província nos domínios da formação de técnicos superiores, engenharia florestal, saúde animal e outras áreas ligadas à agricultura. ■

Efeitos do 4 de Abril analisados em Lisboa

O s efeitos do 4 de Abril, Dia da Paz e da Reconciliação Nacional em Angola, resultantes do acordo de pacificação entre o Governo e a Unita, foram destacados, em Lisboa, como elementos centrais e fundamentais para a consolidação da paz, reconciliação, reconstrução nacional e construção da democracia no país.

Ao orientar uma palestra sobre o papel do 4 de Abril no processo de estabilização de Angola, evento que centralizou os festejos da data, o Conselheiro de Imprensa da Embaixada de Angola em Portugal, Estêvão Alberto, disse que o 4 de Abril de 2002 afigura-se, "para todos os angolanos, como o culminar de uma era e um ponto de partida para o futuro, tendo como finalidade um desenvolvimento multifacetado e a reconciliação entre irmãos antes desavindos".

"O país ganhou outra posição na arena política internacional, passando a data a considerar-se como Dia da Paz e Reconciliação Nacional", adiantou lembrando, "para que o desfecho do conflito armado fosse positivo foram necessários cerca de 30 anos".

Depois resumir política e historicamente o "longo e complexo percurso de paz para Angola", o orador concluiu que "o consenso de 4 de Abril de 2002 prevaleceu. Esta paz é uma bênção de Deus, pois foi muito difícil de alcançar, com todos os sacrifícios sobejamente conhecidos. Estamos hoje certos de que caminhamos com rigor, e com passos firmes e seguros, para a harmonia de todos os angolanos", frisou.

No actual cenário de desenvolvimento do país, destacou a implementação do programa do governo e a participação dos cidadãos no processo de reconciliação e reconstrução nacional classificando o processo eleitoral como uma das principais vitórias do 4 de Abril de 2002.

"Quem diria que após tantos anos privados de percorrer o país por estrada, hoje o fizéssemos ilimitadamente?". Questionou perante uma plateia de mais de cem pessoas, entre os quais o Conselheiro da Embaixada de Angola em Portugal, Rui Xavier, em representação do embaixador de Angola em Portugal, Assunção dos Anjos; as Cônsules-gerais de Angola em Lisboa e no Porto, Cecília Baptista e Maria de Jesus Ferreira, respectivamente; assim como vários membros da comunidade angolana na diáspora lusa.

O assessor de imprensa da embaixada angolana em Portugal disse ainda que, fruto da paz, o país cresce, enquanto as esperanças e expectativas aumentam, considerando "benéfico e honroso o facto de se registar um grande fluxo de emigrantes escolhendo Angola como ponto de partida das suas vidas", Sublinhou por outro lado que "todas estas batalhas vencidas se devem à liderança inteligente, perseverança e sentido de Estado do grande arquitecto da paz para Angola o Presidente da República, Engenheiro, José Eduardo dos Santos". ■



Jovens angolanos festejam 14 de Abril em Portugal

Um programa de actividades para comemorar o 14 Abril, Dia da Juventude Angolana, está a ser cumprido até ao próximo mês de Maio, em Portugal, pelo Comité da JMPLA em terras de Camões.

Sob o lema "Juventude Instruída, Angola Desenvolvida", a jornada em homenagem ao patrono da juventude angolana, o herói nacional Hoji Ya Henda, visa também enaltecer a importância da participação dos jovens nas próximas eleições, assim como a necessidade do seu contributo para as causas sociais, segundo afirmações de Rui Machado "Jinvunda", primeiro secretário daquela organização juvenil em Portugal.

No quadro da programação alusiva Rui Machado destacou a realização de uma conferência/debate com dois painéis, designadamente o programa de desenvolvimento económico e social e o papel da juventude nas próximas eleições.

Uma conferência sobre as eleições em Angola, assim como um convívio e jornada cultural, com espectáculos, passagens de modelos e concursos de incentivos constam ainda da programação, que termina a oito de Maio em Coimbra.

Em declarações ao Mwangolé, o responsável máximo da JMPLA



em Portugal adiantou também que estas actividades contam mobilizar entre 100 a 120 jovens angolanos.

Por outro lado, o primeiro secretário da JMPLA, deu a conhecer que no âmbito do "Fórum de Jovens Angolanos em Portugal", a JMPLA em Portugal tem vindo a organizar campanhas de solidariedade e de formação ao combate ao HIV/Sida, em parceria com a "Associação Engenheiro Nuno Xavier", e apoio da Universidade Lusófona.

Através do projecto, 15 jovens activistas angolanos deslocaram-se, recentemente as cidades angolanas de Luanda e Cunene, para realizar várias actividades de combate ao HIV/Sida. ■